

LUDICIDADE E APRENDIZAGEM: A importância do brincar na educação infantil no ensino da matemática

Bianca França Reis¹; Rafael Furlan Lo Giudice^{2,5}; Vanessa Ferreira Martins^{3,5}; Elisandra Gomes dos Santos^{4,5*}

¹ Graduanda em Pedagogia, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Doutor em Comunicação – UNIP; Mestre em Linguística – UNIFRAN; ³ Pedagogo – UNINTER, doutor em Comunicação – UNIP; ⁴ Esp. em Curso I de Especialização em Educação Infantil – UFMS, pedagogo – FIRB; ⁵ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

* autor correspondente: lizatlms@gmail.com

RESUMO

O presente artigo científico tem como objetivo contextualizar um pouco da mudança na concepção de infância e seu processo histórico. A trajetória da criança e adolescente no Brasil é marcada por diversas dificuldades, como maus tratos, mortalidade infantil, miséria, abusos sexuais, escravidão do trabalho e ausência da família. Com as constantes transformações socioculturais, surgiu a necessidade da educação. Assim, o Estado, portanto elaborou leis que assegurassem os direitos das crianças, sendo um deles o ensino público e de qualidade, tratando a Educação Infantil como prioridade. A BNCC manifesta para uma organização pedagógica a partir de vivências, como uma maneira de respeitar as especificidades da criança. É importante que o ambiente escolar seja favorável, bem como analisar o papel do educador, nessa importante fase da vida da criança, que valorize o lúdico e proporcione aos alunos um desenvolvimento integral nos aspectos físico, social, cultural, emocional e cognitivo. O ensino da matemática na Educação Infantil deve estar equilibrado com atividades que possam despertar na criança a criatividade necessária para se chegar à solução do problema proposto. Por meio da pesquisa de campo foi desenvolvido uma atividade envolvendo o lúdico na matemática para Educação Infantil com crianças de 3 a 4 anos, no Colégio Salesiano Dom Bosco, Três Lagoas - MS.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil; infância; ludicidade; matemática.

1 INTRODUÇÃO

No contexto de infância construído historicamente, adultos e crianças compartilhavam os mesmos espaços, roupas, jogos, brincadeiras e brinquedos.

Com o passar das transformações sociais, a criança começa ter vestimentas mais apropriadas para sua idade.

Surge o primeiro afeto de infância, nomeada por Ariés de “paparicação”

(1981, p. 52) quando a criança era tratada como animal de estimação ou brinquedo para entreter os pais, é com esse envolvimento que começou um novo sentimento de infância, ligada às questões psicológicas, sociais e morais.

De maneira lenta houve transformações, as famílias despertaram um olhar para a educação. Com início da Revolução Industrial, o núcleo familiar tornou-se mais concreto em relação a

afetividade e a criança é tratada com mais harmonia, originando-se leis que assegura a criança como sujeito de direitos e de prioridade absoluta o ensino.

Com a LDB/96 a organização do sistema educacional foi necessária, reforçando a exigência de uma base comum curricular. A Base Comum Curricular (BNCC) é um documento que normatiza as variadas formas de aprendizagens que são essenciais para o desenvolvimento dos alunos ao longo das etapas da Educação Básica, ganhando ênfase ao reconhecer a Educação Infantil como etapa indispensável.

É por meio dos jogos e brincadeiras que as crianças aprendem, elaboram e seguem regras individuais ou em grupos, lidando com diferentes ideias, elaborando hipóteses, desenvolvendo a comunicação, expressão e autonomia favorecendo assim sua participação ativa na sociedade.

A matemática sempre foi vista como disciplina “vilã” do currículo, com a BNCC isso se torna mais prático dentro dos eixos elaborados, deixa claro que o conhecimento matemático é essencial não só pela sua finalidade, mas também pela sua potencialidade na formação de um cidadão crítico, autônomo e ativo na sociedade.

1.1 A concepção de infância

O sentimento de infância no decorrer de muitos anos não existia. As crianças eram consideradas adultos em miniatura, a partir dos sete anos de idade passavam se tornar úteis para a produtividade familiar, pois já eram consideradas aptas a participar das organizações sociais e econômicas, desenvolvendo as mesmas capacidades dos seus pais.

Ao longo de muitos séculos o índice de mortalidade infantil e práticas de infanticídio eram altíssimas e tratados como algo natural, uma fatalidade logo sendo substituído por outros filhos, a família era social e não sentimental. Diante disso as crianças não passavam pelo

momento de se divertir, estudar e brincar, perdendo sua infância.

As mudanças em relação as crianças ocorrem a partir do século XVII, tais como costumes, o modo de se vestir se distingue dos adultos e a preocupação com a educação, que era apenas técnica e não pedagógica. Os centros (como eram chamadas as escolas) davam espaços somente aos jovens em diferentes faixas etária. Essas mudanças afetaram especialmente os meninos, Philippe Ariés afirma que

O sentimento de infância beneficiou primeiro meninos enquanto as meninas persistiam mais tempo no modo de vida tradicional que as confundiam com os adultos seremos levados a observar mais de uma vez esse atraso das mulheres em adotar as formas visíveis da civilização moderna, essencialmente masculina (ARIÉS, 1978, p. 81).

Nesse período surge a interferência dos poderes públicos e da igreja em não aceitar o infanticídio que antes era habitual, zelar, cuidar, educar e cuidar das crianças seria um trabalho prometido as mulheres, no caso, as amas. Traçando então um olhar harmonioso sobre as crianças buscando o seu bem-estar, assim passam a ser concebida com afetividade e cuidados pessoais.

Manifesta-se no século XIV um movimento do cristianismo na qual a imagem da criança era associada ao menino Jesus, buscando ternura das pessoas para serem tratadas com carinho e atenção, consideradas crianças místicas ou crianças anjo. Essa mudança cultural e toda sua transformação social, econômica e política fez despertar um novo sentimento pela infância, caracterizada por Ariés como “paparicação”.

A paparicação seria um novo sentimento de ingenuidade, gentileza e graciosidade perante as crianças, sendo elas uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos, desfrutando de um

momento em que os pais e as mães de leite se divertiam vendo as brincadeiras e travessuras, aumentando assim a proximidade parental. Começam a se preocupar com a saúde dos pequenos e não aceitavam os perder com naturalidade, caso acontecesse aceitavam pois seria a vontade de Deus.

No entanto, nem todas as pessoas viam as crianças da mesma forma, sentimento despertado primeiramente nas mulheres, algumas se sentiam perturbadas com a nova forma de tratamento, achavam um desperdício de tempo gasto em prol delas. Ariès cita, em suas referências a irritação de Montaigner com a nova prática, ele não admite a ideia de se amar as crianças

[...] não posso conceber essa paixão que faz com as pessoas beijem as crianças recém-nascidas, que não têm ainda movimento na alma, nem forma reconhecível no corpo pela qual se possam tornar amáveis, e nunca permiti de boa vontade que elas fossem alimentadas na minha frente (MONTAIGNER apud ARIÈS, 1981, p. 159).

O sentimento de apego surge no século XVII, desenvolvida por moralistas e educadores da época, ligada as questões psicológicas e morais, uma manifestação que partilhava a repugnância contra a papariação, propondo a separação das crianças e adultos. As brincadeiras, diversões e distrações que proporcionavam foram deixadas de lado, para educá-los dentro de uma visão mais racional e disciplinar, criando um novo contexto de educação até o século XIX.

A preocupação da família com a educação de seus filhos trouxe mudanças, houve a necessidade de colocar regras e normas no novo ensino, os contemporâneos só se preocupavam em aplicar a matéria não dando importância para as idades, assim que as crianças a partir dos dez anos ingressavam na escola já ingressavam imediatamente no

mundo dos adultos, pois as turmas não eram separadas por intervalo etático.

1.2 Educação infantil no Brasil

No Brasil, a trajetória da infância é marcada por diversas dificuldades tais como, abusos sexuais, maus tratos, exploração do trabalho, fome, miséria, ausência de lar, mortalidade infantil, entre outros, e tudo isso por abandono das famílias, da sociedade e do Estado.

Foi após a década de 1980 que o atendimento as crianças em creches e pré-escolas teve um crescimento significativo, isso é resultante das mudanças ocorridas na sociedade. Com a industrialização surgiram juntamente as revoluções operárias, formada também pelas mulheres, que batalhavam por uma melhoria de trabalho e na educação para as crianças, defendiam a ideia de que o ensino deveria ser para todos, independentes da sua classe social e de qualidade.

Somente no ano de 1899, foi inaugurada no Brasil a primeira creche para os filhos dos operários, e as crianças da elite eram educadas nos “Jardins de Infância”. O ensino transmitido para a classe trabalhadora seria de aprender a fazer já na alta sociedade as instruções era aprender a gerar lucros para empresa, comandar.

Neste período foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4024/61) pela primeira vez, que ocasionou grandes e importantes mudanças no sistema educacional, priorizando o atendimento gratuito em creches e pré-escolas incluindo os jardins de infância no ensino, e dever do Estado providenciar vagas nas instituições escolares, tal lei estabelece que

Art. 23 – A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativas

próprias ou em cooperação com poderes públicos, instituições de educação pré-primária (LDB, 1961).

Até o final da década de 1980 as crianças não eram reconhecidas pelo Estado como sujeito de direitos e que necessitavam de cuidados higiênicos, saúde e educação. Quando surgiu o atendimento nas creches foi por amparo e não direito educativo, pois as famílias precisavam trabalhar, principalmente quando a mulher foi para o mercado de trabalho, então o Estado foi pressionado a garantir a educação às crianças.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação foi definida como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o plano desenvolvimento da criança, seu preparo para o exercício da cidadania, com acesso ao ensino gratuito e obrigatório.

A educação brasileira tem sofrido modificações plausíveis, após a regulamentação nas legislações vigentes (CF/1988, ECA/1990, LDBEN/1996, PNE/2001, PNE2011/2020 e a mais recente Lei nº12.796), principalmente no que está relacionado a criança ser reconhecida como um sujeito de direitos, possibilitando um ensino para todos nas instituições públicas de qualidade e com profissionais devidamente qualificados.

A LDB da Educação Nacional de 1996 é predominante nos dias atuais, ganhando força no cenário brasileiro por permitir a reorganização no sistema educacional, já pontuando a necessidade da elaboração futura de uma Base Nacional Curricular.

1.3 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a educação infantil

A BNCC é um documento de caráter normativo, com propósito de definir as aprendizagens essenciais que todos os alunos devam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Ampara a necessidade de articulação entre a educação infantil e o

ensino fundamental, mas com propostas curriculares diferentes de acordo com sua organização e estrutura.

Compreende-se que a educação é um processo muito mais amplo do que o ensino, e de que cada faixa etária a aprendizagem perpassa de experiências, interações e brincadeiras e não de atividades e propostas fragmentadas. A BNCC no que se refere a Educação Infantil, apresenta as interações e as brincadeiras como direito de aprendizagem e desenvolvimento, determina que:

Na primeira etapa da Educação Básica e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis **direitos de aprendizagem e desenvolvimento**, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver (BRASIL, 2017).

A escola deve proporcionar situações em que a criança participe ativamente, com objetivo de gerar pessoas mais conscientes, desenvolvendo a autonomia e empatia. Destaca-se a garantia de seis direitos de aprendizagem que consiste em conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

1.4 Campos de experiência

O documento da BNCC organiza as experiências que devem ser promovidas pelos educadores que visa possibilitar as crianças a aprendizagem e o desenvolvimento vivenciadas pelas crianças a partir de diferentes campos (O Eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações).

Neste contexto, o processo de ensino deve partir de experiências que estejam conectadas com a realidade de cada aluno, dando destaque nas diferentes linguagens e nas práticas sociais e culturais, do que a criança já sabe,

ensinando o que ainda não sabe, mas que é capaz de fazer com a ajuda de outro, desenvolvendo a zona de desenvolvimento proximal.

No que se diz respeito a BNCC, a mesma também enfatiza a importância da organização do espaço que deve propiciar boas condições para que a criança tenha oportunidades de interação, descobertas e construção de sua aprendizagem. O ambiente deve atender a metodologia e objetivos escolar, mas também ser flexível a mudanças de acordo com propostas do educador e os interesses dos alunos.

O espaço físico e os materiais são componentes ativos do processo educacional, que auxiliam na aprendizagem, no entanto a melhoria da ação educativa está relacionada também ao uso que os educadores fazem juntos às crianças com as quais trabalham. A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil deve ser orientada pelo princípio básico de procurar proporcionar, à criança, o desenvolvimento da autonomia, isto é, a capacidade de construir as suas próprias regras e meios de ação, que sejam flexíveis e possam ser negociadas com outras pessoas, sejam eles adultos ou crianças (BARBOSA, 2006, p. 121).

Compreende-se a necessidade do educador da Educação Infantil conhecer sobre a infância, na qual possibilita a construção em sala de aula de aprendizagens que estimule o avanço cognitivo, físico e social da criança, tirando o foco nos conteúdos e nas atividades, para dar espaço as experiências, através da exploração, criação, jogos e brincadeiras.

Cabe ao professor investir nas propostas lúdicas, ter uma postura crítica, inventiva e interativa, desenvolvendo nas crianças seu intelecto ativo, autônomo, participativo, curioso e pesquisador que aprende por meio das interações e divertimento.

1.5 O lúdico no ensino da matemática

O lúdico é uma metodologia importante na Educação Infantil, recurso didático dinâmico que garante resultados eficazes na educação, brincar é algo natural no desenvolvimento da criança, ele faz parte do seu cotidiano, é algo espontâneo e prazeroso.

É brincando que a criança amplia suas relações sociais, respeita a si, tem empatia, aprende a respeitar regras, as diferenças sociais, hábitos de determinadas culturas e autonomia.

São nas metodologias lúdicas que o educando aprende conceitos, valores e expressa suas emoções, é pelo brincar que se desenvolve as aptidões importantes como atenção, memória, imaginação e como também desenvolver as áreas da afetividade, personalidade, criatividade, sociabilidade, motricidade e inteligência.

A liberdade, que o brincar, proporciona à criança o seu desenvolvimento, pois é capaz de conciliar o mundo objetivo e a imaginação. As relações com a ausência do brincar na infância podem trazer consequências na fase adulta.

Já o brinquedo educativo possui duas funções: a lúdica e educativa. Tem a versão lúdica quando propicia diversão e prazer, é escolhido de forma involuntária; e educativa quando ensina qualquer coisa que acrescente no saber, conhecimentos e compreensão do mundo. As razões para brincar são inúmeras, tanto faz bem que o direito de brincar é amparado por lei.

A matemática na educação infantil é fundamental para seu desenvolvimento do pensamento lógico e da criatividade, na busca do seu crescimento intelectual e de sua independência socioeconômica. A prática matemática deve ser inovadora para que desperte na criança a criatividade necessária para chegar na solução do problema proposto.

O sujeito desde muito novo já se depara com os conhecimentos matemáticos, como ordenação, contagem, reconhecimento de formas geométricas,

reconhecimento dos números cardinais e ordinais, entre outros aspectos que aguçam a curiosidade.

A matemática nesta fase da vida é essencial, já que é constituída pelas crianças a partir dos ensaios oportunizados pela vivência em seu ambiente natural e do diálogo com diferentes pessoas, nos quais os conhecimentos podem ser reinventados e reelaborados. Justifica-se, dessa maneira, a indispensabilidade da matemática na história do aluno desde a infância, para que o mesmo torne-se um ser crítico, com capacidade de discutir e argumentar sobre decisões sociais e financeiras que dizem respeito a toda a sociedade (LEONARDO; MIARKA; MENESTRINA, 2014, p. 58).

Dessa forma, o educador da educação infantil precisa incluir a prática lúdica no processo de ensino e aprendizagem matemático, as crianças sentem-se motivadas durante o jogo, facilitando o seu desenvolvimento educacional, além de ficarem também mais ativas mentalmente.

Assim, as aprendizagens devem proporcionar experiências e situações de exploração e manipulação de objetos comparando-os, sequenciando ou ordenando-os. Também devem contá-los, quantificá-los, numerá-los e fazendo estimativas.

Ela deve ser ensinada às crianças como um meio de interpretação das coisas que nos rodeiam diariamente, assim formando pessoas conscientes para a cidadania e a criatividade e não somente como memorização. Existem diversas formas de trabalhar a matemática na Educação Infantil, pois ela está presente na arte, na música, em histórias na forma de como organizamos o pensamento, nas brincadeiras e nos jogos.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância do desenvolvimento lúdico

para o aprendizado da matemática.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A prática pedagógica realizada foi desenvolvida no Colégio Salesiano Dom Bosco, rede privada de ensino na cidade de Três Lagoas- MS, realizada no dia 30 de setembro de 2022 no período matutino. Foi aplicada a atividade Numerais Estourados para os alunos do nível Educação Básica na etapa 3, compostas por crianças na faixa etária de 3 a 4 anos. A prática pedagógica trata-se de proporcionar uma análise no campo infantil, verificando habilidades básicas, propostas pela BNCC, para o desenvolvimento intelectual das habilidades matemáticas do currículo vigente.

A execução teve em média 35 minutos, sendo realizada dentro da sala de aula. A Instituição foi selecionada para realização devido ao vínculo da acadêmica com a unidade por meio do estágio não obrigatório.

Os recursos materiais foram acessíveis, contendo dentro das bexigas papéis dos numerais, foi utilizado também cartões com a sequência numérica do 1 ao 10 e bolinhas para efetuar a contagem. Com a permissão da professora regente da turma, foi montado o espaço (Figura 1).

Figura 1. Materiais utilizados.



Fonte: Elaborado pelos autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No primeiro momento, com a turma foi realizado perguntas referentes aos numerais, se eles conheciam, em quais momentos utilizamos, se sabem alguma música que envolva os números, cantamos a música do Indiozinho, onde já viam além do espaço escolar, entre outras, de acordo com a interação da turma as perguntas e respostas iam surgindo.

Logo depois da contextualização, os alunos foram convidados a participar da atividade. A proposta foi um aluno por

vez escolher uma bexiga e estourar, logo depois fazer a contagem do numeral que continha dentro, por último encontrar nos cartões o mesmo número

Por meio da prática lúdica, o pensar matemático foi construído na turma de forma prazerosa e de maneira livre, cada um sendo protagonista do seu desenvolvimento, das suas descobertas e aprendizagem. Observou-se que algumas crianças não tiveram dificuldade para contar, no entanto, apenas uma teve obstáculos para compreender a atividade (Figura 2).

Figura 2. Contextualização e prática pedagógica.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, as crianças ficaram animadas para participar da atividade, ao reconhecer os números elas iam dizendo que era sua idade, todos interagiam, e pediram por mais atividades assim. O processo de dificuldade foi sanado quando a pesquisadora induzia as crianças a pegarem as bolas de um recipiente para colocar em outros.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo visou abordar a concepção de infância ao decorrer dos anos, percebe-se que esta sempre foi alvo de abandono, miséria, sem seus direitos garantidos, tendo que enfrentar grandes desafios para sua

sobrevivência.

Que por muitos anos a criança foi vista como um miniadulto, sem distinção nenhuma, tendo que ajudar no trabalho pesado, sendo abusada e explorada por diversos senhores capitalistas.

No Brasil, até o ano de 1980, as crianças não eram reconhecidas como sujeitos de direitos, foi a partir do século XX que se percebeu as necessidades específicas para a sobrevivência da infância e juventude, dando início às ações de assistência e proteção à infância, voltadas a saúde, educação e bem-estar das crianças.

Um salto histórico foi a BNCC reconhecer a Educação Infantil como etapa fundamental na Educação Básica, é a

partir dela que muitos professores utilizam como eixo norteador de seu planejamento que os direitos de aprendizagem estão presentes em suas práticas pedagógicas.

Com a metodologia lúdica, as brincadeiras, atividades colaborativas, escolha de materiais, rodas de conversa, entre outros, desenvolve nas crianças a construção do conhecimento crítico, autônomo, e suas habilidades físicas, culturais, cognitivas, afetiva e socioemocionais.

A matemática por muitas crianças é vista como algo difícil, torná-la interessante pode trazer significados significativos para o conhecimento. A matemática lúdica atende as necessidades de elaborar aulas com maior aproveitamento e entretenimento, proporcionando aos educandos a aprendizagem prazerosa dos números.

É preciso que o professor proporcione aos seus alunos situações na qual estimule a busca de resposta aos problemas, práticas pedagógicas necessitam estarem diretamente relacionadas aos direitos de aprendizagem e comprometidas com as necessidades e interesses das crianças para que as experiências tenham propósito educacional e possibilite o aprendizado e desenvolvimento.

A matemática tem grande importância para o desenvolvimento humano e deve ser trabalhada desde a educação infantil, pois é nesta etapa que a criança constrói a base de sua vida escolar. Quando trabalhada de maneira adequada com as crianças não servirá apenas para vida escolar da criança, mas também para ser desenvolvimento como ser humano, a matemática auxilia no raciocínio lógico, no desenvolvimento da sua criatividade, e na capacidade de criação.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. História Social da infância e

da família. Rio de Janeiro. 2ª ed. p. 29-272. Editora Guanabara. 1978.

BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: Rotina na Educação Infantil. - Porto Alegre: Artimed, 240 p. 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <<https://www2.se-nado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base (mec.gov.br)>. Acesso em: 15 de set. 2022.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 20 set 2022.

CARTAXO, M. R. S. Pressupostos da Educação Infantil. 1ª ed. Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil. Editora Intersaberes, 2013.

LEONARDO, P. P.; MIARKA, R.; MENESTRINA, T. C. A importância do ensino da matemática na educação infantil. SIMPEMAD - Simpósio Educação Matemática em Debate, v. 1, p. 55-68, 2014.

LORO, R. A. A importância do brincar na Educação Infantil. Santa Rosa, RS. UNI-JUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2015.

MARINHO, S. M. O Lúdico no desenvolver da criança. João Pessoa. UFPB- Universidade Federal da Paraíba. 2022.